

CULTURE-BIZ

I - UM MERCADO DE TRABALHO FEMINIZADO: OPORTUNIDADES E CONSTRANGIMENTOS PROFISSIONAIS NA EDIÇÃO DE LIVROS EM PORTUGAL

*Rui Telmo Gomes, Vanda Lourenço
e Teresa Duarte Martinho*

Texto preparado por Rui Telmo Gomes que coordenou a equipa de pesquisa com Teresa Duarte Martinho e Vanda Lourenço. O Projecto *Culture-Biz* foi institucionalmente coordenado por Maria de Lourdes Lima dos Santos, Presidente do Observatório das Actividades Culturais.

Documento disponível em www.oac.pt

I - UM MERCADO DE TRABALHO FEMINIZADO: OPORTUNIDADES E CONSTRANGIMENTOS PROFISSIONAIS NA EDIÇÃO DE LIVROS EM PORTUGAL

Rui Telmo Gomes, Vanda Lourenço e Teresa Duarte Martinho

Lisboa, Julho de 2005

Culture-Biz é um Projecto internacional apoiado pela União Europeia (*Community Programme – Framework Strategy on Gender Equality*) tendo por parceiros nacionais, para além do OAC (Lisboa), o ERICarts (Bona), o MEDIACULT (Viena) e o FinnEKVIT (Helsínquia) e que incidiu sobre o sector das indústrias de conteúdo – edição de livros (I) e produção de filmes (II) – com enfoque sobre posições de *decision-making* e o lugar das mulheres.

O Projecto prevê a publicação dos 4 estudos nacionais, em língua inglesa, numa edição ARcult Media, Bona.

O Observatório das Actividades Culturais é uma Associação sem fins lucrativos, fundada em 1996, tendo por associados fundadores o Ministério da Cultura, o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e o Instituto Nacional de Estatística. Ocupa-se da produção e difusão de conhecimentos que possibilitem dar conta, de uma forma sistemática e regular, das transformações no domínio das actividades culturais.

Índice

1. O SECTOR DA EDIÇÃO DE LIVROS EM PORTUGAL	4
1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO	4
1.2. INDICADORES DE CARACTERIZAÇÃO	5
1.3. POLÍTICAS DO LIVRO	11
1.4. CONSUMO DE LIVROS E HÁBITOS DE LEITURA	13
2. MULHERES NO SECTOR DA EDIÇÃO DE LIVROS.....	13
2.1. PROFISSIONAIS NO SECTOR.....	15
2.2. FORMAÇÃO E ENTRADA NO MERCADO DE TRABALHO	17
2.3. TRAJECTÓRIAS PROFISSIONAIS.....	21
2.4. FUNÇÕES DE MEDIAÇÃO	27
3. DESENVOLVIMENTO DE CARREIRAS – O PONTO DE VISTA DAS MULHERES.....	29
3.1. OBSTÁCULOS À PROGRESSÃO	29
3.2. PERSPECTIVAS SOBRE TRABALHO E FAMÍLIA.....	31
3.3. MODOS DE ENCARAR A CARREIRA PROFISSIONAL.....	32
CONCLUSÃO	35
BIBLIOGRAFIA	38
ANEXO.....	39

A caracterização e a análise do perfil e das trajectórias profissionais de mulheres no sector editorial são o objectivo deste texto. Na primeira parte serão apresentados sucintamente alguns indicadores globais de caracterização do sector da edição. Os relativos à oferta, designadamente os que caracterizam a produção editorial, e à procura, centralizando a abordagem nos resultados apurados em estudos sobre consumo de livros e hábitos de leitura.

Numa segunda parte, além da análise de informação extensiva recolhida junto de fontes oficiais relativamente ao mercado de trabalho no sector editorial, é também utilizada alguma informação resultante de entrevistas realizadas a profissionais a partir dos *estudos de caso* a empresas do sector. Procurar-se-á ainda identificar factores que beneficiam ou prejudicam a progressão profissional de mulheres no sector editorial, através da caracterização dos perfis e trajectórias profissionais.

Por último serão apresentadas as perspectivas particulares de mulheres que exercem cargos de direcção em empresas do meio editorial português. Tem-se em vista analisar as suas representações sobre o lugar que as mulheres ocupam no sector editorial e os factores que podem constituir bloqueios à sua progressão profissional.

1. O SECTOR DA EDIÇÃO DE LIVROS EM PORTUGAL

1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO

O mercado editorial português caracteriza-se fundamentalmente por ser *pequeno* – tem cerca de duas centenas de casas editoriais com actividade regular – e *frágil*. Fragilidade que, como um editor português descreve, assume duas características fundamentais: “nenhuma [das editoras portuguesas] assume notoriedade equiparável a qualquer das editoras mais significativas da Europa” e “na sua grande maioria obedecem ainda ao figurino da empresa familiar que foi tradicional no negócio da edição nos fins do século XIX até meados deste” (Guedes, 2001: 337). De facto, a propriedade e direcção das editoras que compõem o mercado nacional são muito frequentemente assumidas por diferentes gerações de membros da mesma família, sendo esta uma característica válida sobretudo para editoras de média ou de grande dimensão no mercado nacional.

Destas características do sector editorial português derivam algumas especificidades, nomeadamente o facto de tornar as empresas mais vulneráveis a qualquer tentativa de *take-overs*. Só muito recentemente, contudo, e de forma pontual, se assiste em Portugal à concentração e/ou fusão de editoras por parte de grandes grupos económicos. Existem no país poucas entidades

internacionais detentoras de empresas editoriais: a Bertelsmann – proprietária do Círculo de Leitores; a Planeta – detentora da editora Dom Quixote; o Ediclube – propriedade da empresa espanhola de venda por correspondência Clube Internacional del Libro – são alguns exemplos.

Não obstante a sua vulnerabilidade, o sector editorial português mantém-se relativamente imune à convergência ou absorção por parte dos grandes grupos económicos europeus. O acima citado editor avança três razões fundamentais que poderão ajudar a explicar este cenário.

Em primeiro lugar, e talvez a razão mais importante, a pequenez do mercado nacional. O montante de vendas resultante do mercado editorial português foi de 345 milhões de euros em 2002, de acordo com o Inquérito às Empresas. Considerando o valor do PIB para esse ano, o negócio da edição de livros terá sido responsável por apenas 0,3% do Produto Interno Bruto¹.

Associadas a esta fragilidade económica, permanecem formas artesanais de produção, sendo os quadros técnicos geralmente exíguos e os métodos de trabalho pouco adequados aos desenvolvimentos alcançados no sector nos últimos anos. Face ao limitado volume de negócios, “os gestores não podem pretender contratar profissionais de primeira classe e, o que é pior, muitas vezes nem sentem necessidade de o fazer” (Guedes, 2001: 338).

Uma segunda razão reside nas limitações do mercado externo português, sobretudo nos países de língua oficial portuguesa. O valor da exportação é irrisório quando comparado, por exemplo, com o mercado externo espanhol. Algumas condicionantes de natureza económica e política nos países de exportação poderão causar dificuldades no escoamento de livros produzidos no mercado nacional e/ou constituir um mercado menos interessante para qualquer investidor estrangeiro (caso dos países africanos de língua oficial portuguesa dadas as suas limitações económicas e instabilidade política).

Por último, um eventual obstáculo ao fenómeno de concentração e absorção das editoras nacionais por parte de grandes grupos económicos são os fracos índices de hábitos de leitura dos portugueses. Como se verá mais adiante, alguns estudos e estatísticas revelam que a percentagem de leitores e consumidores regulares de livros é diminuta comparativamente com alguns países europeus.

1.2. INDICADORES DE CARACTERIZAÇÃO

Não existem actualmente em Portugal estatísticas específicas que permitam caracterizar com segurança a produção do mercado editorial português. Os dados disponíveis resultam dos elaborados por uma das duas associações de editores portugueses – APEL (Associação Portuguesa de Editores e Livreiros) – datando de 1999 os últimos publicados. Existem, além disso, os resultados provenientes de inquéritos anuais realizados pelo INE (Instituto Nacional de

¹ O valor do PIB para 2002 foi de 128 458 milhões de euros (INE, Contas Nacionais).

Estatística) a universos mais alargados tais como os inquéritos à produção industrial e às empresas, de onde se pode retirar alguma informação sobre o sector. O confronto de resultados destas diferentes fontes de informação apresenta, porém, grandes disparidades, não permitindo, tal como se frisou, uma análise consistente no que respeita à caracterização geral do sector.

O conhecimento da actividade editorial portuguesa com recurso a dados estatísticos foi assegurado durante largos anos pela APEL sendo esta informação posteriormente reproduzida e difundida pelo INE². Embora o conjunto de sócios desta associação não fosse representativo da totalidade dos editores portugueses, a sua actividade era responsável por grande parte da produção editorial nacional (em 1999 os membros da APEL eram 186 e representavam 71% da produção do sector).

Sem dispor de grandes recursos técnicos, as estatísticas realizadas e publicadas pela APEL baseavam-se nos dados fornecidos por alguns dos seus sócios editores cruzados com informação de outras fontes³. No entanto, o aparecimento de uma segunda associação no sector em 1999 (UEP – União dos Editores Portugueses) e a conseqüente saída de um conjunto de editores da APEL inviabilizaram a continuidade da produção estatística por parte desta associação. Desde essa altura até hoje nenhum outro organismo procedeu à recolha e sistematização de informação específica sobre a actividade editorial, permanecendo um vazio no que respeita a dados objectivos que permitam analisar com segurança o mercado da edição em Portugal⁴.

Os limites da informação evidenciam-se desde logo no apuramento do número de editoras com actividade regular. A este respeito, os dados fornecidos pelas associações do sector (UEP e APEL) reportam-se somente ao conjunto de sócios, deixando de fora as empresas não filiadas em nenhuma das associações⁵.

O apuramento do número de editores através do ISBN⁶ revela-se igualmente pouco eficaz dado que neste recenseamento estão incluídas uma série de entidades que embora tendo editado pelo menos um livro, não têm a edição como actividade principal⁷. Por sua vez, o Instituto Português do Livro e da Leitura (IPLB), organismo tutelado pelo Ministério da Cultura, regista 205 editoras

² A APEL produziu estatísticas sobre o sector deste 1986 a 1999.

³ Designadamente as informações do Modelo 22 (formulário anual das finanças com informação sobre o montante de vendas de entidades empresariais) e dos registos do Depósito Legal da Biblioteca Nacional. Os elementos resultantes destas fontes de informação permitiam à APEL completar os dados não fornecidos pelos seus sócios.

⁴ Num diagnóstico de avaliação à produção de informação sobre o sector do livro – encomendado pelo IPLB ao Observatório das Actividades Culturais em 2001 –, alertava-se para a necessidade urgente de “delinear um enquadramento institucional em que a produção estatística esteja a cargo de uma entidade simultaneamente autónoma e cooperante com os diferentes agentes implicados neste domínio, de modo a responder às necessidades da tutela, da produção estatística oficial e das preocupações do sector” (Santos, 2001: 33).

⁵ De acordo com consulta da página *web* da APEL (www.apel.pt) foram apurados 180 sócios editores; a consulta da página *web* da UEP (www.uep.pt) permitiu registar 58 associados (consultas realizadas em Dezembro de 2004).

⁶ A APEL é a Agência Portuguesa do ISBN desde 1988, sendo responsável, entre outras funções, pela atribuição de números de identificação a monografias, isto é, a publicações não periódicas editadas em Portugal; pela atribuição de prefixos de editores e pela promoção da utilização do sistema a nível nacional.

⁷ Refira-se a título informativo que em 1999 – último ano com registo de dados estatísticos sobre o sector – a APEL apurava através da atribuição do ISBN, 1 290 entidades com actividade editorial em Portugal, incluindo este número os autores que fizeram as suas próprias edições e outras entidades que publicaram apenas um livro.

com actividade regular no mercado⁸, número este que não coincide com o fornecido pelo INE – 308 editoras⁹. Perante este cenário, que decorre sobretudo da ausência de um recenseamento regular do número de empresas editoriais, não é possível aferir com exactidão o número de editoras portuguesas com actividade contínua.

Não obstante os limites de informação, alguns traços e tendências genéricas da actividade editorial portuguesa poderão ser avançados socorrendo-nos por um lado das estatísticas da APEL e, por outro, de alguma informação proveniente do INE para os anos mais recentes – designadamente o Inquérito às Empresas e o Inquérito à Produção Industrial.

Da análise do número de empresas com actividade no sector do livro, pessoal ao serviço e valor do volume de negócios (quadro nº 1) sobressai o elevado contingente de pequenas editoras com menos de dez pessoas ao serviço (85%). No seu todo acolhem 16% de trabalhadores nesta área de actividade. Outro destaque é conferido à concentração do mercado editorial na região de Lisboa (76%), sendo as editoras aí localizadas responsáveis por quase ¾ do volume de negócios total gerado pelo sector.

Quadro nº 1
Empresas do sector da Edição de Livros, por Pessoal ao serviço e Região (2002)

2211 – Edição de livros	Número de Empresas	%	Número de Pessoal ao Serviço	%	Volume de negócios**	%
Escalões de pessoal						
Até 9	261	84,7	506	17,5	28.501	8,3
10-19	19	6,2	286	9,9	19.101	5,5
20 e mais	28	9,1	2.099	72,6	297.617	86,2
Região						
Norte	48	15,6	613	21,2	94.190	27,3
Centro	16	5,2	100	3,5	4218	1,2
Lisboa	233	75,6	2.135	73,8	245.820	71,2
Alentejo	4	1,3	18	0,6	495	0,1
Algarve*	-	-	-	-	-	-
Açores	3	1,0	21	0,7	424	0,1
Madeira*	-	15,6	-	21,2	-	-
<i>Total</i>	308	100,0	2.891	100,0	345.219	100,0

Fonte: INE, *Inquérito às Empresas*.

* a fonte não refere dados por questão de sigilo estatístico

** milhares de euros

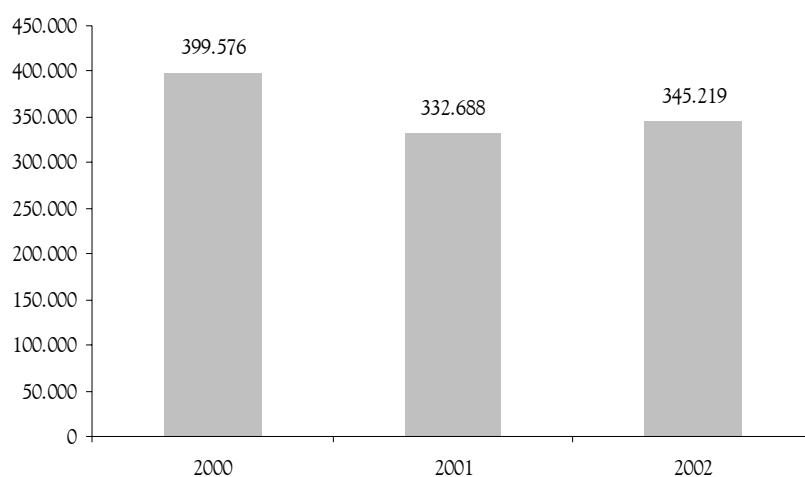
O volume global de vendas do sector alcançava em 1999, de acordo com os elementos fornecidos para o último ano de publicação das estatísticas da APEL, perto de 294 milhões de euros. No entanto, este indicador apresenta grandes disparidades se se considerarem outras fontes

⁸ Dado apurado na página *web* deste Instituto (www.iplb.pt) (consulta realizada em Dezembro de 2004).

⁹ Dado referente a 2002. Este número resulta do Ficheiro Geral de Unidades Estatísticas do INE.

de informação. Para o ano imediatamente a seguir, o Inquérito às Empresas regista um total de 400 milhões de euros. Esta última fonte permite apresentar dados para três anos, registando um decréscimo do montante do volume de negócios em 2001 e um ligeiro aumento em 2002 (gráfico nº 1).

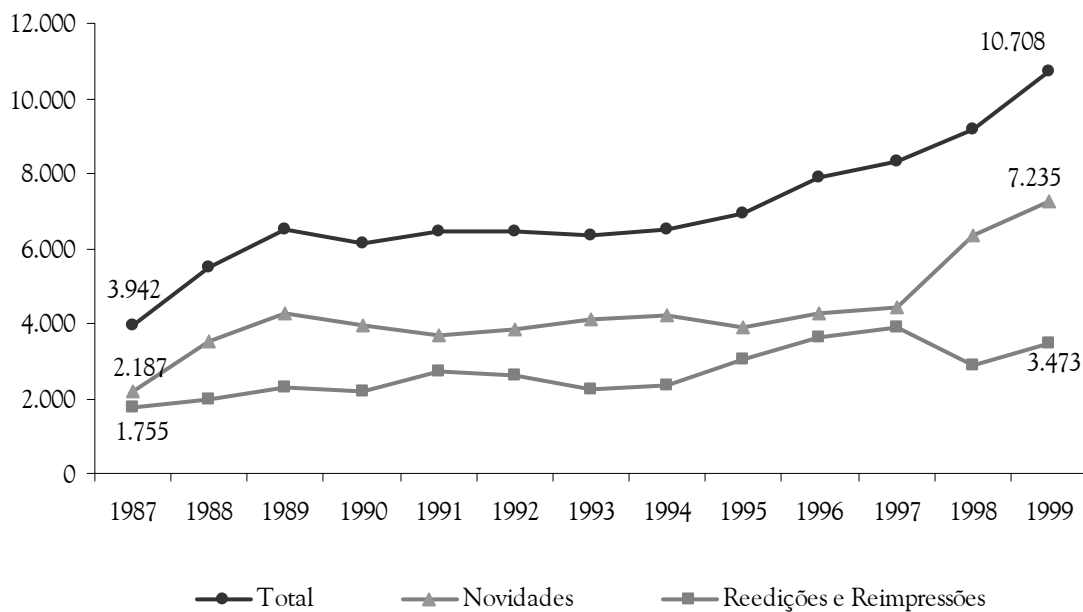
Gráfico nº 1
Montante do volume de negócios (2000-2002)
(milhões de euros a preços correntes)



Fonte: INE, *Inquérito às Empresas* (2000-2002).

No que respeita ao total de títulos, verifica-se que aumentou consideravelmente em 12 anos (gráfico nº 2). Destaque-se o facto das Novidades apresentarem sempre valores superiores ao das Reedições e reimpressões no intervalo considerado. O crescimento de títulos a partir de 1994 deve-se, por um lado, ao aumento de títulos já editados até 1997 e, por outro, à significativa ampliação dos novos títulos (Novidades) em 1998 e 1999.

Gráfico nº 2
Títulos produzidos (1987-1999)

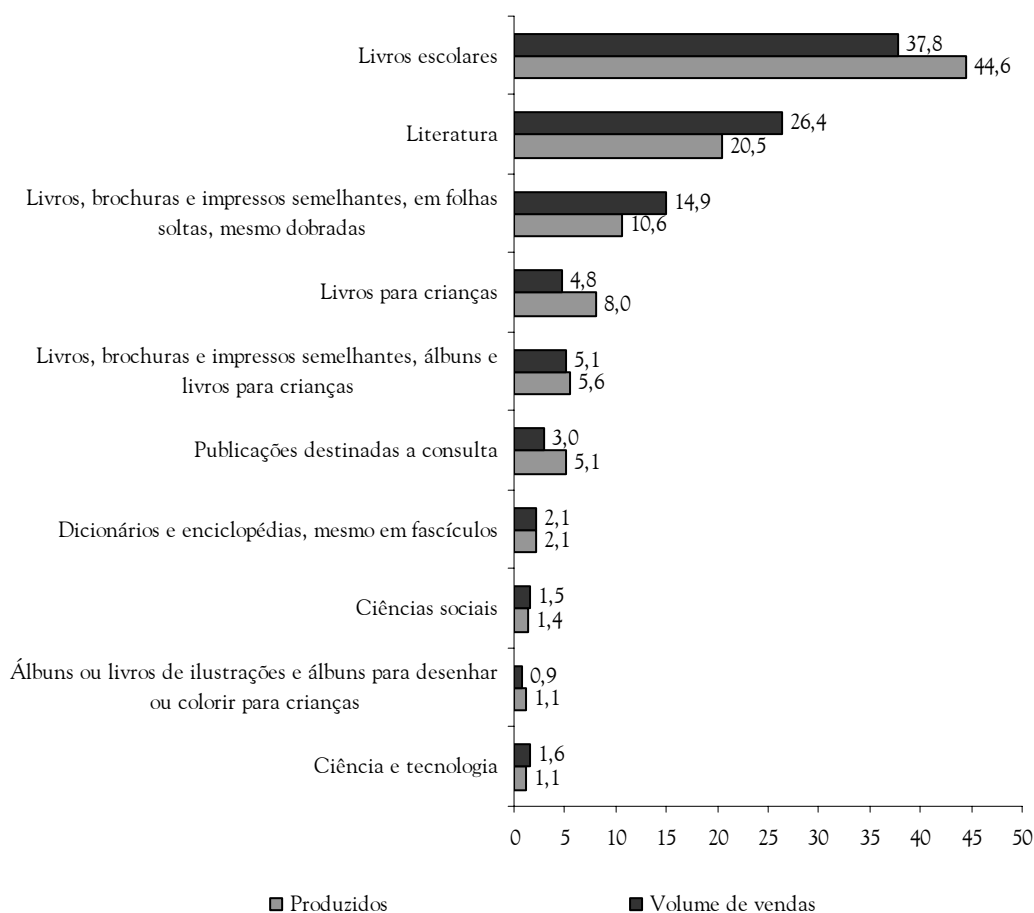


Fonte: OAC a partir de APEL, Livros de Portugal (1987-1999).

Passando a analisar o total de exemplares produzidos e o valor global do volume de vendas em 2002, verifica-se que os Livros escolares constituem o género que alcança mais elevadas percentagens (gráfico nº 3).

No que concerne em particular à percentagem de exemplares produzidos, os Livros escolares não ficam muito longe de alcançar metade da produção total de exemplares no sector – representam 45% do total de exemplares produzidos, alcançando 14 milhões de exemplares produzidos.

Gráfico nº 3
Exemplares produzidos e Volume global de vendas por género (2002)
 (percentagem)



Fonte: INE, *Inquérito à Produção Industrial* (2002)

Os livros de Literatura, embora em termos de títulos produzidos se apresentem como o género dominante, registam percentagens muito inferiores aos Livros escolares quando nos reportamos à percentagem de exemplares editados – 21% do total de exemplares produzidos, representando um total próximo dos sete milhões de exemplares, ou seja, perto de metade do verificado para os Livros escolares. Em termos de volume de vendas¹⁰, os Livros escolares são também o género com mais elevada facturação no mercado editorial, representando 38% do valor alcançado – 80 milhões de euros. Os livros de Literatura são o segundo género mais importante neste domínio registando 26% do total do volume de vendas, o que equivale a 56 milhões de euros.

¹⁰ Note-se que o cálculo do volume de vendas apurado pelo Inquérito à Produção Industrial diz respeito somente à produção efectiva realizada em Portugal, não contemplando os valores registados com a venda de livros não produzidos integralmente no país. Esta será uma das razões para as disparidades encontradas nos valores do montante de vendas apurado no Inquérito às empresas atrás considerado e os valores encontrados no Inquérito à produção Industrial.

1.3. POLÍTICAS DO LIVRO

A implementação de uma política específica para o livro surge em Portugal com a criação do Instituto Português do Livro (IPL) em 1980, no âmbito da Secretaria de Estado da Cultura. No quadro das suas atribuições este organismo dava especial atenção à necessidade de alargar a diversidade da oferta editorial, valorizando o estabelecimento de uma política de apoio à edição. Contudo, a crescente percepção de que o desenvolvimento sustentado da oferta editorial tinha de se efectuar em estreita correlação com o reforço dos hábitos de leitura, motivou a necessidade de instituir uma rede nacional de leitura pública. Ao mesmo tempo entendeu-se que havia necessidade de definir e desenvolver políticas que implementassem o livro e a leitura nos países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e de articular estratégias que promovessem o autor e a criação literária portuguesa no estrangeiro. É neste contexto que surge, já em 1987, o Instituto Português do Livro e da Leitura (IPLL) que implementou o ainda vigente programa da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (RNBP).

Mais tarde, em 1992, o IPLL foi substituído por outra solução institucional que integrava a Biblioteca Nacional. Foi então criado o Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro (IBNL) que visava articular a componente patrimonial do livro com a difusão do livro e da leitura.

A necessidade de reforçar os hábitos de leitura exigiu a criação de um Programa Nacional de Promoção da Leitura (PNPL) que acompanhasse o esforço de criação da RNBP no alargamento de públicos leitores. Com esta preocupação foi criado em 1997 o Instituto Português do Livro e das Bibliotecas (IPLB), organismo tutelado pelo Ministério da Cultura e entidade que é actualmente responsável pela implementação de políticas específicas para o sector do livro.

Do conjunto das medidas em vigor para o sector, destacam-se em particular o desenvolvimento da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, do Programa Nacional de Promoção da Leitura e da Rede Bibliográfica da Lusofonia. Sublinhe-se ainda como medidas relevantes para o sector os apoios à edição e a criação da Lei do preço fixo para o livro.

A RNBP baseia-se na criação de parcerias entre o IPLB e os municípios que possibilitem a instalação e modernização das bibliotecas públicas. Estas ‘novas’ bibliotecas estão desenhadas de forma a comportar um conjunto de espaços e actividades diversificadas, funcionando como pólos de promoção da leitura e de outras dinâmicas culturais. Integram secções diferenciadas para crianças e adultos e também espaços polivalentes para actividades de animação, colóquios, exposições, documentos áudio, vídeo e multimédia que acompanhem as correntes actuais de literatura, ciências, artes, etc. Refira-se que dos 278 concelhos existentes no Continente, 237 integram a RNBP.

O PNPL, em vigor desde 1997, visa consolidar os hábitos de leitura através de projectos e acções de difusão do livro e do autor; e de acções de incentivo à leitura que cobrem todo o território nacional. Neste contexto, o IPLB apoia técnica e financeiramente a realização de

encontros, colóquios, debates e promove a realização de exposições dedicadas a autores, assim como guias temáticos orientadores da leitura.

A criação da Rede Bibliográfica da Lusofonia integra também o leque de medidas de intervenção na área dos livros e da promoção da leitura mas focalizado nos PALOP e em Timor Lorosae. As principais linhas de acção visam a recuperação e revitalização de bibliotecas nacionais, bibliotecas públicas e arquivos nacionais; o apoio à tradução de autores africanos e lusófonos; e a divulgação e promoção do livro e da leitura.

Nos parâmetros que definem as suas linhas de actuação o IPLB promove de forma concertada e complementar entre os vários programas que coordena, o apoio à edição (de novos autores, de obras de dramaturgia portuguesa, de obras de ensaio, de obras de literatura e cultura africanas e de revistas culturais); à tradução; e à divulgação e edição no Brasil.

Ainda no âmbito das políticas definidas para o livro, refira-se a Lei do preço fixo do livro em vigor desde 1996 (Decreto-Lei nº 176/96, de 21 de Setembro)¹¹. Entre as principais disposições consagradas por este Decreto-Lei conta-se a fixação de um preço de cada livro pelo respectivo editor (ou importador em exclusividade). O retalhista pode vender o livro ao público com uma margem de desconto até um máximo de 10%. Esta restrição é válida nos primeiros 18 meses da edição de cada livro. São excepção à regra as aquisições especiais de bibliotecas públicas e escolares, de instituições de solidariedade social e no âmbito de acções externas de promoção da literatura portuguesa – casos para os quais a margem de desconto sobre o preço fixado pode ir até um máximo de 20%. Os livros escolares do ensino básico e secundário, os livros usados e de bibliófilo, os livros esgotados e descatalogados, as subscrições em fase de pré-catalogação, estão isentos do preço fixo.

Refira-se que a criação da Lei do preço fixo do livro foi precedida de um longo debate com início logo em meados dos anos 80. A discussão ganha maior visibilidade, contudo, a partir da entrada das grandes superfícies no comércio do livro escolar (início dos anos 90). “Perante a introdução de grandes descontos na venda ao público praticada pelos hipermercados, quando comparada com outros pontos de venda, é defendida a necessidade de fixar o preço dos livros, no sentido de prevenir efeitos negativos sobre o sector livreiro tradicional” (Santos e Gomes, 2000: 65-66).

As divergências existentes por parte de várias entidades envolvidas (sobretudo as das esfera político-administrativas, associativas e profissionais), levou a que só após várias tentativas de acordo, quer por via legislativa quer através da concertação entre agentes do sector, se chegasse à definição e implementação da Lei em 1996.

¹¹ Alterada pelo Decreto-Lei nº 216/2000, de 2 de Setembro.

1.4. CONSUMO DE LIVROS E HÁBITOS DE LEITURA

Pretende-se neste ponto dar a conhecer sucintamente alguns elementos sobre a procura de livros e práticas de leitura recorrendo a algumas estatísticas disponíveis.

De dois estudos de mercado encomendados pelas associações portuguesas de editores (UEP e APEL) para anos recentes¹², destaca-se um conjunto de apontamentos relativamente ao consumo de livros. O perfil de consumidores regulares é, em ambos os estudos, mais favorável às mulheres e a inquiridos entre os 25 e os 40 anos com elevados níveis de escolaridade. As compras recaem preferencialmente em livros de ficção/literatura e são comprados maioritariamente em livrarias, seguindo-se as cadeias de livros do tipo FNAC ou as grandes superfícies/hipermercados.

No que respeita às práticas de leitura, os vários estudos realizados em Portugal sublinham, em termo muito gerais, o baixo índice de leitores regulares. Comparativamente com outros países europeus, em 2001, nomeadamente a Suécia e a Finlândia onde a percentagem de leitores de livros sem serem escolares ou profissionais, atinge 72% e 63% respectivamente, Portugal surge com 33% de leitores. Menos do que a Bélgica (42%), a Espanha (47%) e a Grécia (46%)¹³.

Já no estudo sobre os hábitos de leitura encomendado pela APEL em 2004, 44% do total de inquiridos declara-se leitor de livros. Destes, 58% assumem estar à data do inquérito a ler um livro. Neste conjunto estão sobrerrepresentados os leitores do sexo feminino (60%) e de instrução superior (76%).

2. MULHERES NO SECTOR DA EDIÇÃO DE LIVROS

Procurar-se-á agora identificar perfis e trajectórias dos profissionais da edição de livros através de informação resultante quer de fontes oficiais, quer dos dados apurados a partir de *estudos de caso* a empresas do sector. Estes últimos contemplam informação de natureza quantitativa e também qualitativa (entrevistas realizadas a profissionais ligadas ao sector do livro). Pretende-se, por um

¹² O estudo encomendado em 2003 pela UEP à Marktest, teve como universo indivíduos de ambos os sexos com idade igual ou superior a 18 anos, residentes em Portugal continental em lares com telefone. Foram realizadas 801 entrevistas. A selecção dos entrevistados foi efectuada através do método de quotas tendo em consideração o sexo, a idade e a região de residência. O estudo sobre os hábitos de leitura e compra de livros encomendado à Quantum pela APEL foi realizado em 2004 junto de uma amostra de 2 000 indivíduos de ambos os sexos seleccionados aleatoriamente dentro do conjunto de indivíduos entre os 15 e os 65 anos, residentes no Continente.

¹³ Estudo encomendado pela Comissão Europeia ao *European Opinion Research Group* (Standard Eurobarometer 56) em 2001. O inquérito foi realizado à população com 15 anos e mais residente em 17 estados membros. Foram realizadas no total 16 162 entrevistas. Em Portugal o inquérito foi aplicado pela Metris a 1 000 indivíduos. Os dados apurados resultam da pergunta: Leu algum livro sem ser escolar ou profissional nos últimos 12 meses?

lado, caracterizar perfis profissionais de mulheres que integram a área da edição e, por outro, identificar, através da análise de trajetórias profissionais, factores que beneficiam ou prejudicam a presença e progressão profissional de mulheres no sector editorial.

Dada a incidência da análise na questão do género, convém apresentar, antes de mais, um enquadramento breve sobre a temática, referindo as principais políticas desenvolvidas em Portugal no que respeita à igualdade de oportunidades entre mulheres e homens.

Não obstante a aprovação de uma extensa legislação neste domínio, só na década de 90 se assiste a um incremento das orientações governamentais no sentido de promover a igualdade entre mulheres e homens em matéria de exercício de direitos cívicos, sociais, económicos e políticos. Em 1995 Portugal foi um dos países subscritores da Plataforma de Acção de Pequim, assumindo, desse modo, o compromisso oficial relativamente à integração do *mainstreaming* como critério transversal das políticas nacionais no sentido da promoção da igualdade¹⁴. É em 1997, por resolução do Conselho de Ministros, que se assiste ao lançamento do I Plano Global para a Igualdade de Oportunidades (1997-2000) que inclui já a perspectiva integrada da igualdade, implicando a participação dos vários ministérios em medidas específicas para cada domínio considerado.

O II Plano Global para a Igualdade de Oportunidades (2001-2006) foi lançado em 2001, encontrando-se actualmente em curso. Este Plano dá continuidade ao primeiro, reflectindo um aprofundamento da perspectiva de *mainstreaming*, na medida em que alarga e redobra o conjunto de medidas com vista à igualdade de género e promove a adesão de um maior número de agentes, implicando-os na sua execução. De acordo com o texto introdutório deste Plano, é fundamental a concretização de uma “uma política de desenvolvimento integrado (...) que se traduza nos contributos e compromissos dos vários ministérios envolvidos, bem como, sendo caso disso, de áreas de intervenção coordenadas a nível político e não integradas em ministérios”. Os dois principais organismos responsáveis pela coordenação e dinamização do II Plano Global para a Igualdade de Oportunidades são a CIDM e a CITE.

Em 1999, no XIV Governo Constitucional foi criado o primeiro Ministério para a Igualdade anunciando como principais medidas a criação de uma rede nacional de gabinetes para a igualdade a serem implantados em cada distrito. No entanto, em 2000, uma remodelação governamental extingue este Ministério tornando-o uma Pasta da Igualdade, sob a tutela do Ministério da Presidência e dos Assuntos Parlamentares. Esta Pasta seria posteriormente dissolvida com o Governo empossado em 2002. Actualmente a área da Igualdade faz parte das competências do Ministro de Estado e da Presidência.

Existem actualmente dois mecanismos governamentais para a igualdade de direitos e oportunidades: a Comissão para a Igualdade e os Direitos das Mulheres (CIDM) criada em 1991 –

¹⁴ Como se sabe, a perspectiva do *mainstreaming* assume a promoção da igualdade como um princípio transversal à elaboração e adopção de medidas e políticas, abarcando todas as esferas e domínios. Os problemas da discriminação deixam de ser percebidos como uma questão particular que diz respeito apenas às mulheres e a determinadas esferas da sua vida, e passam a ser reflectidos enquanto entraves graves à justiça social e, nessa medida, como problemas que se colocam à sociedade no seu todo.

organismo que veio substituir a Comissão da Condição Feminina, criada em 1977 – e a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE), criada em 1979. As duas entidades encontram-se actualmente sob a tutela do Ministro de Estado e da Presidência.

A adopção da perspectiva de *mainstreaming* no que toca à igualdade de oportunidades entre mulheres e homens é, em determinados casos, complementada com a aplicação de *acções positivas* em sectores ou áreas específicas de actividade onde se detecta a necessidade de uma intervenção mais intensa. Mas no que respeita em particular ao sector do livro, não se conhecem medidas específicas de intervenção. Acrescente-se, contudo, que uma das editoras estudadas (Texto Editora) foi distinguida com o prémio 'Igualdade é Qualidade' atribuído pela CITE às empresas que apresentam boas práticas no domínio da igualdade de oportunidades entre mulheres e homens, como se fará notar mais adiante.

2.1. PROFISSIONAIS NO SECTOR

Começando por apreciar o conjunto de dados de natureza extensiva provenientes do INE para três anos (1998, 2000 e 2003)¹⁵, verifica-se que a área genérica da edição (CAE 221 – edição de livros, jornais, revistas etc.) regista algumas oscilações tanto no número de trabalhadores, como na percentagem de mulheres aí a exercer actividade (quadro nº 2). De facto, se de 1998 a 2000 é notório um acréscimo do número de activos e do peso relativo de mulheres (48%), em 2003, contudo, verifica-se uma redução expressiva tanto no volume dos trabalhadores na área da edição, como na percentagem de mulheres com actividade neste sector (36%). As fortes flutuações detectadas num intervalo de apenas cinco anos mostram, mais do que mudanças estruturais significativas no sector, alguma inconsistência dos dados fornecidos, sendo esta uma razão para que a leitura se deva fazer com as devidas cautelas.

Quadro nº 2
Percentagem de mulheres no sector da edição

CAE	1998		2000		2003	
	Total	%M	Total	%M	Total	%M
<i>Total</i>	4.843.800	44,4	5.020.900	44,9	5.118.000	45,5
22 Edição, impressão e reprodução de suportes de informação gravados	37.300	32,7	47.000	35,1	42.100	30,6
221 Edição	11.200	43,8	21.800	48,2	17.400	36,2

Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*.

¹⁵ Inquérito ao Emprego.

A informação proveniente do Ministério do Trabalho (MT), embora contendo limitações de outra natureza, permite uma leitura dirigida especificamente ao sector da edição de livros. Os números aí apurados não são passíveis de comparação com os fornecidos pelo INE, uma vez que, além dos anos recenseados não serem coincidentes – com excepção do ano 2000 –, os dados fornecidos pelo MT restringem-se a trabalhadores com contrato de trabalho em organizações/empresas¹⁶.

A informação resultante do MT respeitante ao número de trabalhadores no sector global da edição (CAE 221) evidencia, em termos gerais, um aumento do número de efectivos no intervalo considerado, assim como o peso relativo de mulheres que aí exercem actividade (quadro nº 3). Este crescimento torna-se ainda mais expressivo se se isolar o sector da edição de livros (CAE 2211). Não obstante o facto do peso relativo de mulheres diminuir entre 2000 e 2002, esta área de actividade mantém-se maioritariamente representada pelo sexo feminino (52% para o último ano recenseado).

É ainda interessante verificar que, comparativamente com outros sectores de edição, o sector do livro é, a par da edição de revistas e outros periódicos (CAE 2213) o que se apresenta mais feminizado.

Quadro nº 3
 Percentagem de mulheres no sector da edição

CAE	1995		2000		2002	
	Total	%M	Total	%M	Total	%M
<i>Total</i>	2.062.505	41,0	2.464.762	43,4	2.564.448	42,9
22 Edição, impressão e reprodução de suportes de informação gravados	31.174	32,0	34.104	35,6	32.612	36,3
221 Edição	8.192	42,1	9.898	47,6	10 206	48,1
2211 Edição de livros	1.855	41,6	1.588	53,5	2.163	51,9
2212 Edição de jornais	3.692	35,9	4.039	40,9	4.072	41,4
2213 Edição de revistas e outras publicações periódicas	2.286	52,0	3.815	52,8	2.994	53,4
2214 Edição de gravação de sons	79	34,2	129	36,4	102	42,2
2215 Edição -dispersos	219	50,7	291	46,7	875	53,0
Edição, n.e. (não especificado)	61	37,7	36	38,9	0	0,0

Fonte: Ministério do Trabalho

¹⁶A informação resultante do MT refere-se em exclusivo aos trabalhadores que pertencem aos quadros de pessoal das organizações, isto é, trabalhadores que estabeleceram um contrato de trabalho com as empresas ou organismos onde trabalham. Deste modo, os dados recolhidos nesta fonte de informação não integram os trabalhadores que se encontram em situações de trabalho diferenciadas tais como por exemplo, os trabalhadores independentes. Esta restrição cria discrepâncias nos dados fornecidos por outras fontes de informação. É o que se observa, com os totais observados para o ano 2000 numa e noutra fonte. Os dados do INE, abrangendo um universo mais alargado, registam um total de 21 800 trabalhadores e os dados dos quadros de pessoal do MT ficam pelos 9 898.

Algumas entrevistas realizadas a profissionais do sector expressam opiniões que vão ao encontro de tendências apuradas através dos dados extensivos. De facto, alguns dos entrevistados referem que os departamentos editoriais em particular poderão ser mais permeáveis ao recrutamento de mulheres dado que estas exercem uma “pressão social” sobre esta área de actividade. É o que demonstra o seguinte depoimento do dono de uma editora:

Temos muitas candidaturas espontâneas e estas são predominantemente femininas. Percentualmente diria 80 e tal por cento são mulheres. São candidaturas que revelam conhecer bem, de um ponto de vista exterior, a imagem da nossa editora. Na área da edição são fundamentalmente mulheres, na área comercial são homens. (...) A feminização é uma tendência inevitável na edição. A tradição de base, de origem, não é assim. Tem é havido uma pressão externa, social, por parte das mulheres sobre a área da edição.

Proprietário e administrador de uma grande editora

2.2. FORMAÇÃO E ENTRADA NO MERCADO DE TRABALHO

Cruzando a informação do MT com algumas variáveis de natureza sociográfica – idade, nível de escolaridade e situação na profissão –, é possível aferir um conjunto de traços genéricos que caracterizam o perfil das mulheres que nele exercem a sua actividade profissional (quadro nº 4).

No que respeita aos segmentos etários, retém-se globalmente uma observação: as mulheres passaram a estar mais representadas do que os homens nas categorias mais jovens, sobretudo até aos 44 anos, encontrando-se aí sobrerrepresentadas relativamente ao total feminino apurado.

Quadro nº 4

Percentagem de mulheres no sector da edição, por Idade, Grau de Escolaridade e Situação na Profissão

2211 – Edição de livros	1995		2000		2002	
	Total	%M	Total	%M	Total	%M
Idade						
Até 24	340	35,3	182	59,9	198	50,0
25-34	620	47,7	540	55,4	805	57,9
35-44	424	47,2	359	56,8	546	51,8
45-54	293	34,1	340	50,3	400	50,5
55-64	124	30,6	131	39,7	183	34,4
Mais de 64	21	19,0	19	31,6	23	34,8
Sem informação	33	39,4	17	52,9	8	12,5
Grau de escolaridade						
Sem grau de escolaridade	40	57,5	5	80,0	5	60,0
Escolaridade básica	1.061	35,1	603	48,7	914	44,7
Escolaridade secundária	487	50,1	572	54,9	731	54,9
Grau universitário	226	50,0	363	60,0	490	60,8
Ignorado	41	46,3	18	44,4	23	47,8
Situação profissional						
Empregador	65	29,2	123	33,3	121	32,2
Empregado	1.789	42,0	1.462	55,3	2.041	53,1
Outra situação	1	0,0	3	33,3	1	0,0
<i>Total</i>	<i>1.855</i>	<i>41,6</i>	<i>1.588</i>	<i>53,5</i>	<i>2.163</i>	<i>51,9</i>

Fonte: Ministério do Trabalho.

Os dados sugerem a hipótese do ingresso no sector editorial poder constituir para as mulheres jovens em início de carreira, uma área de actividade profissional mais atraente do que para os homens. Outros factores, poderão, contudo, contribuir para a verificação desta hipótese, entre eles o relativo à formação.

Os elementos apurados através do MT para os graus de ensino (ver ainda quadro nº 4) evidenciam um aumento significativo do número de mulheres com elevados níveis de escolaridade, principalmente com ensino universitário. Se em 1995 o número de mulheres licenciadas equiparava-se ao dos homólogos masculinos, em 2000 e 2002 a percentagem de mulheres com grau académico aumenta significativamente (60% e 61% respectivamente)

O aumento do nível de ensino dos trabalhadores do sector editorial está certamente relacionado com o fenómeno estrutural de aumento dos níveis de escolaridade da população portuguesa e, ao mesmo tempo, com uma maior exigência ao nível de habilitações no recrutamento de profissionais.

A responsável por uma editora esclarece do seguinte modo a transformação detectada ao nível das exigências na selecção de trabalhadores para o sector editorial:

Na altura [em que entrou para o sector, em 1971] as habilitações que eram exigidas às pessoas não eram as mesmas que são hoje exigidas. Eu tinha quatro anos de frequência da faculdade, uma boa cultura geral, lia em francês, inglês e castelhano sem dificuldade, o que é importante porque é preciso ler muita coisa em língua estrangeira para poder escolher, e isso, na altura, foi suficiente. As várias pessoas com quem trabalhei ao longo daqueles primeiros anos também não eram licenciadas. Eram pessoas que conheciam livros, gostavam de ler, que conheciam os autores e literatura mas a quem não era pedido que tivessem uma licenciatura. Hoje em dia é necessário ter um curso de letras (...) o que não quer dizer que as pessoas estejam melhor preparadas do que no meu tempo.

Proprietária e directora editorial de uma pequena editora

Em Portugal não há conhecimento de nenhum curso superior dirigido particularmente à edição. Ou seja, não existe nenhuma habilitação específica proveniente do ensino formal que possa constituir um critério preferencial para o ingresso nos departamentos editoriais. Deste modo, a formação específica é maioritariamente adquirida no interior das editoras, não através de cursos de formação promovidos pelas empresas mas através da prática, no desempenho diário da actividade profissional. Esta especificidade do sector é sublinhada pelo depoimento de dois entrevistados:

A área editorial é diferente [das áreas de finanças, contabilidade, etc.], envolve muitos departamentos: a produção, a área da revisão, dos contactos com os autores, e uma parte comercial e de relações públicas. Nestas áreas nós damos grande prioridade à formação própria, ou seja, nós não procuramos no mercado alguém que tenha *know how* porque sabemos que não há, preferimos dar o nosso e temo-nos dado muito bem (...) A formação é concretizada com a prática, é uma interacção entre as pessoas que já estão cá e as pessoas que vão chegando.

Proprietário e administrador de uma grande editora

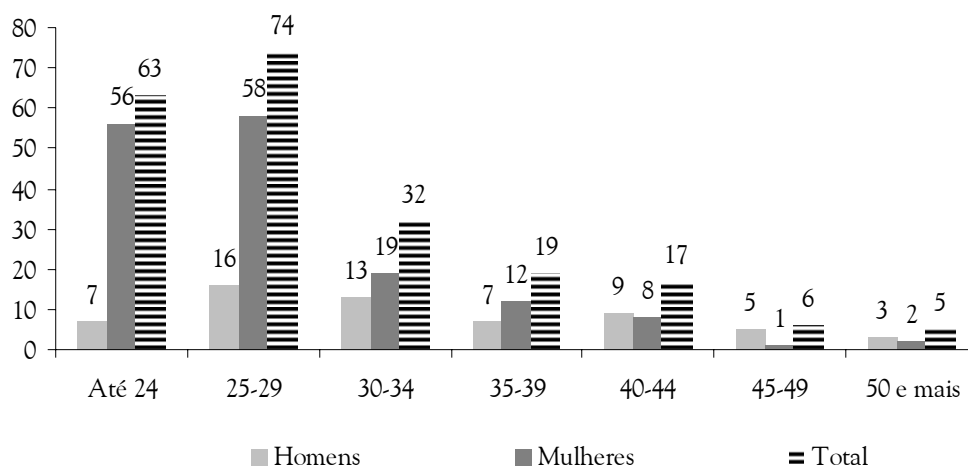
A nossa especialização acaba por ser muito do contacto, de idas a feiras, do contacto com fornecedores e colegas de profissão, essa acaba por ser a nossa escola. É fruto da informação que vamos recolhendo ao longo do tempo. No meu caso não sinto nada a falta de uma formação, de uma pós-graduação nesta área. O contacto com a prática é muito mais importante.

Directora de produção de uma grande editora

No âmbito dos cursos de especialização na área da edição, há, contudo, conhecimento de uma pós-graduação ministrada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Este curso foi criado em 1994 e tem a designação de 'Curso de especialização para técnicos editoriais'.

De facto, se atendermos ao perfil dos formandos do Curso para Técnicos Editoriais para um total de 10 anos (1994-2004) (gráfico nº 4) verifica-se que é maioritariamente frequentado por jovens do sexo feminino.

Gráfico nº 4
Pós-graduação no Curso de Especialização para Técnicos Editoriais – por Sexo e Idade (1994-2004)
n = 216
(números absolutos)



Fonte: Curso de especialização para técnicos editoriais, pós-graduação da faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1994-2004).

Nota: Os totais apresentados não incluem o ano 2000, dado que nesse ano o curso foi interrompido.

Refira-se ainda no que respeita a aspectos relativos à formação no sector editorial, que, de acordo com alguns depoimentos dados através de entrevistas, é recorrente como opção de formação individual contínua, a frequência de cursos no estrangeiro especializados em edição. A participação nestes cursos surge, no entanto, já no decurso do desempenho da actividade editorial

e são encarados como recursos adicionais ligados à formação pessoal, não sendo imprescindíveis, nas palavras de algumas entrevistadas, ao desempenho profissional.

Fiz num Verão, em 1990, um curso para editores de livros e jornais na Universidade de Standford. Foi muito interessante em termos de contactos com pessoas de todo o mundo, aprender algumas novidades em termos editoriais e até da realidade virtual, conhecer os grandes editores americanos – nessa altura era editora e recebi a indicação desse curso. Mas isso não me trouxe mais valia em termos de conhecimento, porque isto é uma coisa muito do gosto pessoal, do *feeling*, de ter os olhos e os ouvidos no ar e perceber o que é que são as tendências, do que é que as pessoas gostam....

Directora editorial de uma grande editora

Embora a formação no sector seja progressivamente adquirida com a experiência e prática nas editoras, existe um conjunto específico de requisitos mais valorizados no processo de recrutamento. As licenciaturas em áreas de ensino relacionadas com literatura e/ou o conhecimento de línguas e literatura estrangeira são privilegiadas, assim como um conjunto de aptidões e gostos pessoais pela leitura e pelos livros. Estes são, por norma, factores importantes na selecção e recrutamento de trabalhadores para o sector, ilustrativamente expressos nos seguintes excertos de entrevistas:

Recrutei, enquanto responsável editorial, pessoas que já conhecia pelo trabalho que desenvolviam na área. A minha assistente editorial, por exemplo, é formada em literatura portuguesa tem um mestrado em literatura portuguesa, trabalhou muitos anos no IPLB e com os autores portugueses, assim como fez todos os dossiers de autores portugueses para todos os certames entre 1995 e 1999. É também uma pessoa bem relacionada nos *media*. Fui buscá-la não pelo curso que tem mas por aquilo que sei que é capaz de fazer. Se tivesse que recrutar, entre os requisitos necessários o conhecimento de línguas é fundamental, o que implica ser da área de letras, de línguas. Colocaria ainda a hipótese de recrutar alguém sem qualquer experiência para formar dentro da empresa.

Directora editorial de uma pequena/média editora

Quando entrei [para o departamento editorial] penso que os factores a que deram mais importância na minha candidatura foi o facto de saber línguas. Tinha tirado o curso da Alliance, sabia inglês e alemão e tinha facilidade em comunicar. Além disso tinha viajado imenso quando trabalhava numa empresa de marketing e publicidade e portanto isso dava-me alguma facilidade em estabelecer contactos, em comunicar. O que é hoje exigido num processo de recrutamento é sobretudo o gosto pela leitura, o conhecimento de línguas e também a facilidade em comunicar com outras pessoas e estar devidamente a par de actualidades. Não é fundamental que se tenha um curso de línguas e literatura, apesar da maioria das pessoas que se candidatam virem dessas áreas.

Directora editorial de uma grande editora

Os critérios valorizados no recrutamento de trabalhadores para os departamentos editoriais, sobretudo os relacionados com a formação superior em literatura, poderão favorecer globalmente

mais as mulheres dado que estas se encontram maioritariamente representadas nos cursos de letras.

De acordo com informação disponibilizada pelo Ministério da Educação para dois anos lectivos (quadro nº 5), verifica-se que, globalmente, a percentagem de mulheres matriculadas e diplomadas no ensino superior é mais elevada do que a dos homens em qualquer dos anos. Esta diferença aumenta se se considerar isoladamente os cursos de letras. Nestes, as mulheres estão significativamente mais representadas tanto na opção por esta área de estudos como na conclusão dos graus de ensino.

Quadro nº 5

Alunos(as) matriculados(as) e diplomados(as) nos anos lectivos de 1996/1997 e 2001/2002

Anos lectivos	Total de matriculados		Matriculados em cursos de letras		Total de diplomados		Diplomados em cursos de letras	
	Total	%M	Total	%M	Total	%M	Total	% M
1996/1997	350.850	57,1	21.459	77,7	42.796	63,8	3.219	79,0
2001/2002	396.601	57,0	21.207	70,7	64.098	67,2	2.808	73,7

Fonte: Ministério da Educação, GIASE/DSE – Direcção de Serviços de Estatística 1996/1997; 2001/2002

Nota: O total de diplomados e matriculados inclui os graus de ensino de licenciatura; pós-graduação; mestrado; doutoramento.

2.3. TRAJECTÓRIAS PROFISSIONAIS

No que respeita a funções de direcção e tendo ainda como suporte a informação facultada pelos dados extensivos (ver atrás quadro nº 4), verifica-se que as mulheres estão maioritariamente representadas no total dos trabalhadores assalariados – acima dos 50% nos anos mais recentes (2000 e 2002) – e significativamente menos enquanto empregadoras – rondam os 30%. Esta informação, apresenta algumas limitações dado que se restringe a trabalhadores com contrato de trabalho, como se viu no início deste capítulo, mas permite concluir de forma muito genérica que, embora as mulheres estejam mais representadas no sector da edição de livros, mostram ter maioritariamente funções assalariadas sendo uma minoria as que se assumem proprietárias de editoras. Não existe informação suficientemente sistematizada que permita averiguar de forma extensiva a distribuição de trabalhadores por género e grupos profissionais no sector da edição. Os dados do MT no que respeita à profissão de ‘editor’ registam um aumento da percentagem de mulheres nesta profissão, muito embora não ultrapasse os 40% – de 34% em 2000 passam para 39% em 2002.

Esta informação não discrimina, no entanto, um vasto conjunto de funções que o sector acolhe. Nesse sentido, para melhor se perceber os lugares ocupados por trabalhadores do sexo feminino nas empresas editoriais e as suas trajectórias profissionais, recorreu-se como metodologia de análise

ao *estudo de caso* de cinco grandes empresas do sector à escala do mercado nacional. O critério de selecção assentou no indicador de volume de negócios¹⁷ e no facto de terem a ficção entre as principais linhas de publicação.¹⁸

Analisando o total de trabalhadores das editoras objecto de *estudo de caso* (quadro nº 6) nota-se que as empresas seleccionadas são constituídas por mais elevado número de mulheres do que homens. Contudo, se a análise recair sobre a composição das categorias profissionais, verifica-se que para todas as mulheres estão significativamente menos representadas em posições de direcção ou chefias. Apenas duas destas grandes editoras não pertencem a grupos económicos, sendo homens os respectivos proprietários. As restantes são compostas por direcções ou conselhos administrativos, mas também aqui prevalece a representação masculina.

Em geral pode dizer-se que, embora as mulheres não ocupem lugares na direcção, exercem cargos de responsabilidade sobretudo nos departamentos editoriais, assumindo funções de editoras, directoras literárias ou responsáveis pela produção editorial (por vezes, acumulando as funções de direcção editorial e de produção). Estão também significativamente representadas em cargos de assessoria ou de assistentes editoriais, assim como nas chefias de secções administrativas (Assessores e Outras funções de mediação relevantes). As direcções de departamentos comerciais ou financeiros assim como as chefias intermédias das secções de vendas são maioritariamente asseguradas por homens. O conjunto de profissões ligadas aos departamentos editoriais e de produção (Outras funções de apoio), tais como tradutores, designers gráficos, técnicos de marketing, etc., apesar de mais equilibradas relativamente ao género, estão globalmente mais representadas por mulheres nestas editoras.

¹⁷ A informação sobre o volume de negócios é proveniente do Ficheiro Geral de Unidades Estatísticas do INE, reportando-se a escalões de volume de vendas. As empresas seleccionadas registam valores de vendas a partir de 7 milhões de euros.

¹⁸ Abriu-se, porém, uma excepção ao considerar uma editora cuja principal área de publicação é o livro escolar (Texto Editora). A razão prende-se fundamentalmente com o facto de no ano 2000 lhe ter sido atribuído pela Comissão para a Igualdade no Trabalho e na Empresa (CITE) o prémio 'Igualdade é Qualidade'. Este prémio, atribuído anualmente, visa distinguir as empresas públicas ou privadas que apresentem boas práticas no que respeita à igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no trabalho e no emprego. A Texto Editora foi premiada dado que apresenta nos seus quadros um número elevado de mulheres em lugares de chefia que registam uma progressão realizada no interior da empresa. A título ilustrativo refira-se que os três departamentos mais importantes da editora são dirigidos por mulheres (Edições escolares; Edições Gerais e Produção). Todas elas entraram para funções de base e progrediram no interior da empresa até às funções que exercem actualmente. Dado que o objecto de estudo visa avaliar a progressão de mulheres no sector editorial, considerou-se importante incluir a Texto Editora no conjunto das empresas seleccionadas.

Quadro nº 6
Grandes empresas de edição de livros

	Empresas														
	Editorial Presença			Dom Quixote			Círculo de Leitores			Texto Editora			Editorial Notícias		
<i>Ano de Fundação</i>	1960			1965			1970			1977			1890		
<i>Total de livros publicados por ano</i>	300			300			482			531			270		
<i>Novidades (novos títulos)</i>	170			200			200			176			120		
<i>Outros</i>	130			100			282			355			150		
<i>Volume de negócios*</i>	7.000-15.000			7.000-15.000			25.000-40.000			15.000-25.000			7.000-15.000		
<i>Linhas de publicação</i>	Ficção; Livros para crianças, Ciências Sociais			Ficção portuguesa e estrangeira Livros para crianças; Ciências Sociais			Biografias e autobiografias; Clássicos; Livros para criança; Livros práticos; Gastronomia; Poesia; Artes; Religião; Ciências Sociais			Educação; Dicionários; Livros para crianças; Ficção			Ficção; Media; Política; Sociedade; Religião; Ciência		
<i>Total de trabalhadores por empresa</i>	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T
	30	31	61	21	18	39	66	92	163	20	41	61	21	15	36
<i>Proprietários</i>	1		1							3		3			
<i>Cargos de direcção</i>	5	2	7	4	2	6	7	2	9	5	5	10	6	2	8
<i>Director geral</i>	2		2	1		1	2		2	3		3	3		3
<i>Director literário</i>							1		1						
<i>Director de produção</i>		1	1		1	1	2		2		1	1		1	1
<i>Editor responsável</i>		1	1	1	1	2		1	1		4	4	1		1
<i>Director comercial</i>	1		1	1		1	1		1	1		1	1		1
<i>Director de marketing</i>	1		1				1		1	1		1	1		
<i>Director financeiro</i>	1		1	1		1		1	1					1	1
<i>Assessores</i>		2	2	2	4	6	2	3	5	2	5	7		1	1
<i>Outras funções de mediação relevantes</i>	1		1	4	3	7	12	5	17	3	7	10		5	5
<i>Outras funções de apoio</i>	10	12	22	1	2	3	2	6	8	8	17	25	2	4	6

*2002, Categorias (milhares de euros). Fonte: INE

Notas: Na categoria *Outras funções de mediação relevantes* consideraram-se funções de chefia intermédia. Na categoria *Outras funções de apoio* incluíram-se as funções de tradutor, designers gráficos etc.

Colocando a hipótese das mulheres estarem mais representadas nos cargos de direcção de empresas com menor número de trabalhadores, seleccionou-se um conjunto de pequenas e médias editoras com o intuito de avaliar a composição sexual das diferentes categorias profissionais aí

existentes (quadro nº 7). O que se verifica, de um modo geral, não é muito diferente do encontrado para as grandes editoras. Se bem que tenham um número significativamente inferior de trabalhadores e de categorias profissionais, também nestas pequenas e médias editoras as funções de direcção são normalmente exercidas por homens.

Quadro nº 7
Pequenas e médias empresas de edição de livros

	Empresas														
	Temas e Debates			Gótica			Edições 70			Quimera			Relógio D'água		
<i>Ano de Fundação</i>	1995			2000			1970			1987			1983		
<i>Total de livros publicados por ano</i>	85			60			50			25			60		
<i>Novidades (novos títulos)</i>	60			40			25			20			50		
<i>Outros</i>	25			20			25			5			10		
<i>Volume de negócios*</i>	1.500-3.000			Não disponível			1.500-3.000			50-150			150-500		
<i>Linhas de publicação</i>	Ficção; Ciências sociais; não-ficção para crianças			Crime, Policiais e mistério; não-ficção; poesia			Ciências Sociais; Arte; Arquitectura; Ciência			Olisipografia; Sociedade; Ficção; Arquitectura			Poesia; Ficção portuguesa e estrangeira; Ciências Sociais; Media		
<i>Total de trabalhadores por empresa</i>	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T
	3	4	7	1	3	4	7	3	10	1	4	5	6	5	11
<i>Proprietários</i>				1	1	2	1			1			1		
<i>Director geral</i>	1		1		1	2	1		1	1		1	1		1
<i>Editor</i>		1	1		1								1		
<i>Director comercial</i>	1		1												
<i>Director financeiro</i>	1		1												
<i>Outras funções de mediação relevantes</i>		2	2		1	1	1	1	2		1	1		1	1
<i>Outras funções de apoio</i>		1	1		1	1	5	2	7		3	3	5	4	9

*2002, Categorias (milhares de euros). Fonte: INE

Apesar da tendência genérica ser o predomínio masculino em funções de direcção – tanto em grandes como em pequenas e médias empresas – as mulheres poderão ter maior probabilidade de exercer cargos de direcção ou de ser proprietárias de editoras em estruturas profissionais menos pesadas – isto é, com menor número de trabalhadores.

Foi possível identificar três tipos distintos de trajectórias profissionais. O primeiro diz respeito a um percurso estável ou linear no interior de uma grande empresa editorial. São mulheres que entram para as respectivas editoras (para algumas é, inclusive, o primeiro emprego) e vão sendo promovidas no seu interior. Nestas estruturas, hierarquicamente mais pesadas e com organigramas

mais complexos, as trabalhadoras demoram mais tempo a progredir na sua carreira profissional para alcançar uma posição de direcção.

Dentro de uma grande empresa não é fácil chegar a director. É daquelas situações que são muito diferentes de uma editora pequena. Qualquer pessoa com o meu percurso, ao fim de três anos de estar como assistente editorial é director(a) editorial ou director literário.

Directora editorial de uma grande editora

Uma segunda trajectória, que é a mais representada no sector, caracteriza-se igualmente por ser um percurso de continuidade até à função exercida actualmente. A diferença relativamente ao tipo de trajectória anterior reside no facto destas serem realizadas no interior de pequenas empresas com orgânicas simples, constituídas por um reduzido número de categorias profissionais. Nestes casos, a progressão profissional tem de ser entendida numa muito modesta escala. Concretiza-se em muito pouco tempo, o que torna possível a assunção de cargos de chefia por mulheres relativamente jovens.

Note-se que nas editoras de pequena dimensão, a progressão de assistente editorial para editor ou editor executivo pode ser alcançada num intervalo de três a seis anos. Se se considerar que as administrações são lugares pouco acessíveis às mulheres, a progressão destas trabalhadoras nos departamentos editoriais de pequenas editoras é concretizada de forma muito rápida. Nestes casos, os cargos de responsabilidade assumidos têm necessariamente menor projecção do que os verificados para mulheres que percorrem a estrutura hierárquica de grandes empresas.

Quem entra como assistente editorial para uma empresa normalmente passa para director editorial. Segundo o esquema americano, um editor júnior passa para editor sénior, e depois para director editorial. Nas nossas estruturas, que são normalmente pequenas, esses cargos não são tão definidos como nas grandes editoras americanas ou mesmo francesas, onde a especialização é maior, há pessoas que só se ocupam da venda de direitos, da relação com os autores, pessoas que são *editors*, no sentido inglês – que trabalham os textos dos autores –, o nosso esquema é um bocadinho diferente, é um esquema mais pequeno, menos especializado.

Proprietária e directora editorial de uma pequena editora

Em Portugal, normalmente, a editora tem um patrão que tem poder de decisão sobre aquilo que a editora publica e portanto, as mulheres que não são donas das empresas chegarão até um determinado patamar e ficam por lá, no topo, como directoras editoriais. Não estamos a falar de grandes grupos em que as pessoas podem mudar de uma editora para a outra, dentro do mesmo grupo, e ocupar funções de direcção mais acima numa outra editora do grupo, aqui está tudo muito compartimentado, as editoras, normalmente não pertencem a grupos, começa agora a acontecer...

Directora editorial de uma pequena/média editora

Este é o processo que, de acordo com as análises das entrevistas, parece mais comum no sector. A progressão vem normalmente associada ao crescimento/consolidação da empresa ou a uma oportunidade surgida com a saída de alguém para outras funções ou editoras.

Recorde-se, como anteriormente se viu no quadro nº 1, que a maioria das editoras portuguesas têm menos de dez trabalhadores ao serviço, funcionando certamente com estruturas informais muito pouco hierarquizadas. Este dado indicia o predomínio de trajectórias deste segundo tipo considerado, dado que a progressão profissional em empresas desta dimensão se concretiza percorrendo um muito limitado conjunto de categorias profissionais.

No meio editorial só há um tipo de progressão possível que é do assistente editorial para o editor e, por vezes, para director geral, não há mais progressão nenhuma. O que pode acontecer é, dentro de um grupo maior, uma pessoa que é de uma editora mais pequena e que faz a coordenação da produção do livro poder assumir funções de direcção noutra empresa maior. Dentro do editorial não me parece que haja qualquer outra progressão.

Proprietária e directora editorial de uma pequena editora

Há, porém, formas menos lineares de alcançar posições de relativo relevo no sector, embora, como se disse, não pareçam ser as mais frequentes. Assim, o terceiro e último tipo de trajectória profissional identificado assenta em percursos independentes ou de *free-lancer*. Nestes casos as mulheres entrevistadas poderão ter trabalhado em mais do que uma editora, normalmente empresas reconhecidas no mercado. Por exemplo, para uma das interlocutoras, a assunção de funções de mediação ligadas ao sector editorial poderá ter favorecido a sua progressão profissional e influenciado a ocupação do cargo de directora editorial que actualmente exerce. Neste caso, a direcção do departamento editorial não resultou de uma progressão linear no interior da empresa mas da valorização de um percurso e experiências variadas ligadas ao meio editorial. Apesar de não serem muito frequentes, as trajectórias resultantes de experiências profissionais diversificadas parecem promover de forma mais eficaz as iniciativas individuais de mulheres no que respeita à criação de projectos próprios.

No conjunto de entrevistas realizadas, duas mulheres são proprietárias de editoras – uma pequena editora e uma micro-estrutura sem trabalhadores dependentes. Entre os denominadores comuns a ambas há o facto de à data de criação destas estruturas terem já longa experiência adquirida no sector e idealizado projectos específicos orientados para nichos de mercado ainda pouco ou nada explorados. É o caso de uma micro empresa criada por uma destas mulheres que tem como principal finalidade a publicação de temas feministas, dado que, segundo a entrevistada, Portugal era o único país na Europa que ainda não tinha uma editora vocacionada para esta temática.

A Ela por Ela foi criada em 2001 [tem 10 títulos publicados] perante a necessidade de criar uma editora feminista. Fiz uma proposta a várias editoras para publicarem uma colecção de assuntos de mulheres nas suas programações editoriais mas nenhuma se mostrou interessada por consideraram que não há um mercado específico para a temática. Fiz uma prospecção e cheguei à conclusão que se não há um mercado foi porque não foi criado, há condições para o fazer. Dentro de 5 ou 6 anos esta editora estará a singrar bem, cada vez mais as mulheres lêem mais do que os homens. Estou a seguir uma orientação um tanto eclética, atirando em vários sentidos para descobrir o perfil da minha leitora padrão.

Proprietária de uma micro-editora

2.4. FUNÇÕES DE MEDIAÇÃO

Para além da análise da composição profissional de estruturas directamente ligadas à edição, é importante considerar outras funções ligadas ao mercado editorial, designadamente funções de mediação. As empresas de distribuição de livros, as associações de editores, as equipas organizadoras de feiras do livro, os críticos e o colectivo de autores(as) premiados(as), constituem contextos relevantes para a análise da presença de mulheres no sector a edição.

Genericamente, a aferição da composição sexual destas instâncias apresenta alguns traços afins ao verificado especificamente para a actividade editorial. Entre eles o facto de também não ser muito frequente as mulheres exercerem funções de direcção. Veja-se, por exemplo o caso de distribuidoras de livros (quadro nº 8). Em cinco empresas analisadas, apenas numa se verifica a presença de uma mulher em cargos de administração geral, embora algumas exerçam funções de relevo, sendo directoras de departamentos comerciais ou financeiros. Neste sector, no entanto, a presença de mulheres apresenta menor intensidade quando comparada com o sector editorial.

Quadro nº 8
Empresas de distribuição de livros

	Empresas														
	Sodilivros			Rei dos livros			Epul			Dinalivro			ECL-Lisboa		
Ano de fundação	1985			1972			1998			1969			Não disponível		
Volume de negócios*	Não disponível			Não disponível			160			5.300			Não disponível		
Área geográficas de distribuição	Portugal e estrangeiro			Portugal			Portugal			Portugal			Portugal		
Títulos distribuídos por ano	17.000						30			20.000			Não disponível		
Livros distribuídos por ano							2500			325.000			Não disponível		
Total de trabalhadores por empresa	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T
	19	10	29	9	9	18	1	7	8	17	12	29	32	18	50
Proprietários	3		3		1	1	1		1	1		1	5		5
Direcção geral	1		1	1		1									
Director comercial	1		1					1	1	1		1	2		2
Director financeiro		1	1											2	2
Outras funções de mediação relevantes	1		1	1	3	3		1	1	2	8	10			
Outras funções de apoio	13	9	22	7	5	13		5	5	13	4	17	25	16	41
Vendedores (comerciais)	5	3	8	1		1		3	3	9		9	11		11

*Categorias (milhares euros). Fonte: INE

Num outro conjunto de funções relacionadas com o sector editorial, como por exemplo a organização de feiras do livro, pode verificar-se que a composição sexual das comissões de organização é também globalmente mais favorável ao sexo masculino. Tendo como exemplo as duas principais feiras nacionais (Feiras do Livro de Lisboa e Porto) promovidas pelas duas associações de editores existentes (APEL e UEP) (quadro nº 9), evidencia-se um maior número de homens tanto no total de pessoas envolvidas, como fazendo maioritariamente parte da direcção. As mulheres participantes estão sobretudo envolvidas em aspectos práticos ligados à organização ou à programação cultural associada a estes eventos.

Quadro nº 9
Número de mulheres nas comissões organizadoras nas Feiras do Livro nacionais

	H	M
Comissão coordenadora	6	2
Organização	2	4
Programação cultural	2	2
Outras funções de apoio	1	-

Fonte: APEL e UEP (Feiras Nacionais do Livro de Lisboa e Porto).

Noutras funções, como por exemplo a de críticos de livros associados a meios de comunicação social, as mulheres também se encontram menos representadas, tal como demonstra o quadro nº 10. De uma forma geral o sector jornalístico está percentualmente menos representado por mulheres do que o sector editorial – como se viu, aliás, na análise de dados anteriores (ver atrás quadro nº 3).

Quadro nº 10
Número de mulheres entre os críticos literários

Media	Críticos literários		
	H	M	Total
Jornais			
Público	20	17	37
Diário Notícias	3	5	8
Expresso	14	5	19
Jornal de Letras	4	2	6
Revistas			
Revista Ler / Círculo Leitores	9	0	9
Televisão			
SIC	1	0	1
RTP/A Dois	5	3	8
Rádio			
Antena 1/Antena 2	2	1	3
Rádio Renascença/Mega FM/RFM	1	1	2
<i>Total</i>	59	35	94

Fonte: Media referidos no quadro.

Se se atender a outros aspectos relacionados com o sector do livro e da edição mas focando a componente criativa, as diferenças entre géneros reproduzem-se. No que respeita a determinados instrumentos de consagração da carreira, caso do conjunto de prémios atribuídos por uma instituição reconhecida no meio (Pen Clube Português), são muito evidentes as discrepâncias entre autores/tradutores masculinos e femininos premiados, qualquer que seja a categoria literária (quadro nº 11).

Quadro nº 11

Prémios literários atribuídos pelo Pen Club Português, por sexo (1980-2003)

Categorias	H	M	Total
Poesia	28	3	31
Ensaio	25	8	33
Ficção	19	13	32
Primeira obra	3	0	3
Traduções	21	9	30
<i>Total</i>	96	33	129

Fonte: Página da internet do Pen Clube português (www.penclube.no.sapo.pt).

Nota: Para a categoria 'Primeira obra' consideraram-se somente três anos (2001-2003); para a categoria 'Traduções' consideraram-se 17 anos (1985-2002); para as restantes categorias consideraram-se 24 anos de atribuição de prémios.

3. DESENVOLVIMENTO DE CARREIRAS – O PONTO DE VISTA DAS MULHERES

O conjunto de informação reunido até ao momento permitiu dar uma panorâmica geral dos lugares ocupados por mulheres nas estruturas profissionais no sector da edição. Como se viu, muito embora as mulheres se encontrem bem representadas no sector – sobrepondo-se aos trabalhadores masculinos – estão subrepresentadas em lugares de decisão nas estruturas hierárquicas das empresas editoriais, no conjunto dos proprietários de editoras ou noutros lugares de *decision-making* tais como em funções de mediação ou *gatekeeping*. Perante este cenário, impõe-se a pergunta: que factores poderão constituir obstáculos/barreiras à progressão profissional de mulheres no sector editorial português que as impedem de assumir cargos de direcção?

A terceira e última parte deste capítulo vem acrescentar nova informação à entretanto apresentada, com vista a identificar determinadas representações quanto a esses factores de bloqueio, através dos depoimentos de algumas entrevistadas que exercem cargos de chefia em empresas editoriais.

3.1. OBSTÁCULOS À PROGRESSÃO

Entre as razões que por elas vão sendo avançadas para o predomínio masculino nos cargos de direcção de empresas do sector editorial, uma não tem estritamente a ver com a questão do género mas mais directamente com a do nepotismo no acesso aos ditos cargos – trata-se da ainda prevalecente tradição familiar no que respeita à propriedade das editoras portuguesas (aspecto referido no início deste capítulo). De facto, as editoras que são propriedade de famílias reservam os cargos de direcção para pessoas com quem têm alguma relação de parentesco e isso, podendo ou não beneficiar as mulheres da família, impede que se alcancem cargos de direcção através do mérito profissional, progredindo na carreira.

Uma das mulheres entrevistadas evidencia um conjunto de editoras que são geridas por homens, entre elas, algumas pertencentes a famílias.

Quem são os donos de editoras? Na Livraria Civilização, são homens; na Europa-América, são homens os proprietários, na Presença, são homens, nas Edições 70, é um homem, na Bertrand há uma directora mas o dono é um homem...na Livros do Brasil, na Asa, na Porto Editora, na Gradiva são quase todas editoras de homens, depois têm é editoras que são mulheres, assistentes editoriais e directoras editoriais que são mulheres (...).O meio editorial português é pequenino, não há circulação de pessoas de uma editoras para as outras como há no estrangeiro. As empresas são familiares, portanto, há-se haver sempre uma irmã, uma prima, um filho....que ocupe a direcção.

Directora editorial de uma grande editora

Um outro factor que foi avançado como podendo constituir uma barreira à ocupação de cargos de direcção por mulheres, está relacionado com alterações estruturais no sector. A figura tradicional do dono da editora que acumulava várias funções em simultâneo – editoriais, comerciais, contabilísticas – estando progressivamente a desaparecer, dá lugar a estruturas empresariais profissionalizadas, com orgânicas complexas, administradas por gestores. O antigo editor proprietário exercendo multi-funções é substituído pelo gestor de empresas no que respeita particularmente à função de administração da editora.

Este cenário, ocorrendo sobretudo em empresas de média ou grande dimensão, poderá não favorecer globalmente as mulheres visto que, até determinada altura, os cursos superiores de gestão e administração de empresas eram maioritariamente frequentados por estudantes do sexo masculino. A aquisição de competências especializadas nestas áreas permitiu-lhes mais facilmente ocupar cargos de administração no seio das estruturas editoriais. Este poderá ser, no entanto, tal como a próxima entrevistada sugere, um cenário de transição dado que actualmente as mulheres tendem a encontrar-se em maior número no ensino superior. Nos cursos de gestão/administração, particularmente, a participação de ambos os sexos é menos desequilibrada do que a atrás verificada

para os cursos de letras, embora também aqui as mulheres já sejam dominantes. Nos anos lectivos de 1996/1997 e de 2001/2002 as mulheres representavam 58,5% e 63,6%, respectivamente, no total de alunos diplomados nos cursos de Formação em Comércio e Administração de Empresas¹⁹. Em ambos os anos, porém, as mulheres diplomadas nestes cursos estão subrepresentadas no que respeita à percentagem global de mulheres que concluíram graus de ensino superior.

O meio editorial mudou muito nos últimos 10 anos. A figura do editor perdeu importância e passou a ter mais relevo a figura do gestor da editora, a pessoa que administra. Normalmente essas pessoas são todas homens. Aí houve uma mudança enorme porque passou a haver muito mais homens em postos de chefia nas editoras, a nível da decisão, do que mulheres. A tendência em Portugal é para os gestores e as pessoas do marketing serem homens. Eram cursos muito mais frequentados por homens. Agora não são porque há muito mais mulheres nas universidades, não sei onde isso nos poderá levar no futuro, mas tendencialmente esses lugares eram ocupados por homens. Os administradores e os gestores eram homens, talvez por isso esse tipo de lugares seja mais facilmente preenchido por eles. As mulheres tinham mais sensibilidade literária mas não tinham o conhecimento das contas, do comercial...

Directora editorial de uma pequena/média editora

3.2. PERSPECTIVAS SOBRE TRABALHO E FAMÍLIA

Embora de natureza distinta, uma outra condição que pode representar uma barreira à progressão profissional de mulheres são as relativas às dificuldades sentidas na conciliação entre o trabalho e a vida familiar, sobretudo no que respeita aos cuidados a ter com filhos.

No conjunto de mulheres entrevistadas que exercem cargos de direcção, a maioria situa-se entre os 40 e os 50 anos. Destas, 4 em 9 não têm filhos. Embora considerem ter sido uma opção pessoal, reconhecem as dificuldades de compatibilização da sua profissão com uma vida familiar mais intensa.

O alcance de posições de chefia em qualquer estrutura é uma questão de disponibilidade. Hoje a situação está mais atenuada, uma mulher pode ser mãe e pode fazer uma carreira. Terá sempre problemas. Não tenho filhos. Com a minha idade, na altura, quem fazia carreira e quem chegava a estes lugares de direcção não era fácil ser mãe. Hoje está mais aceite que as mulheres têm direito à maternidade, mas continua a não ser muito fácil. Uma mãe ou um pai não sabe se o seu/sua filho(a) poderá ter problemas, se for necessário(a) acompanhá-lo(a), como é que pode ter um lugar de direcção? não pode, infelizmente. Qualquer pessoa não faz esta carreira sem ler. Ler é um acto solitário, não pode estar a tomar conta de uma criança pequena que exige toda a atenção, e ao mesmo tempo ler um manuscrito e saber se vai publicá-lo ou não. Ou tem disponibilidade mental para ler um manuscrito ou tem disponibilidade mental para tratar das crianças.

Talvez hoje alguns homens partilhem mais essas tarefas, outros vivem como se estivessemos há quarenta anos atrás. Eu, para ler, para estar a fazer o meu trabalho de escolha de livros, para ver se o manuscrito é interessante e de que ponto de vista é interessante, para isso tenho que ter tempo e disponibilidade mental, não é muito fácil. Não é uma carreira incompatível com ter filhos, mas no meu caso não aconteceu. Fiquei sempre dedicada à divulgação da leitura e à edição.

Directora editorial de uma grande editora

¹⁹ Ministério da Educação, GIASE/DSE – Direcção de Serviços de Estatística 1996/1997; 2001/2002.

Não tenho filhos. Fiz uma opção, sei que seria muito complicado conciliar as minhas funções profissionais com filhos. Viajo muito frequentemente e penso que se tivesse filhos não o poderia fazer com tanta facilidade. Tenho amigas que conseguiram fazer isso, mas hoje sentem que quase não acompanharam o crescimento dos filhos. Penso que é complicado fazer uma carreira tendo uma vida familiar intensa.

Directora editorial de uma grande editora

Algumas das entrevistadas, embora tendo filhos, assumem as dificuldades sentidas em conciliar a sua actividade profissional com a vida familiar. Uma das mulheres editoras explica que na altura em que foi mãe (fim dos anos 60) a organização da vida familiar estaria mais facilitada com as entre-ajudas de familiares próximos, designadamente as avós que, nessa altura, não estavam ainda no mercado de trabalho.

Quando eu comecei a trabalhar o meu filho mais velho já tinha um ano e meio, a partir de certa altura não era tão difícil porque eles não eram bebés. Também era uma época em que não havia esta obsessão da maternidade, do filho único príncipezinho, as crianças iam crescendo em casa da avó, criada lá em casa, iam crescendo, não havia esta programação em relação aos filhos que depois condiciona o resto. Havia as avós, que na altura não trabalhavam, haviam as criadas que eram baratas e dormiam lá em casa. A vida estava mais facilitada nesse aspecto.

Proprietária e directora editorial de uma pequena editora

3.3. MODOS DE ENCARAR A CARREIRA PROFISSIONAL

Um último aspecto a considerar refere-se à auto-avaliação feita por algumas mulheres relativamente à possibilidade ou vontade de virem a ocupar lugares de decisão no interior das editoras. De uma forma geral, as mulheres entrevistadas encaram as suas carreiras como lugares que lhes permitem desenvolver projectos motivadores. A ascensão hierárquica nas estruturas profissionais aparece como secundária relativamente ao gosto que depositam na actividade que desenvolvem.

Essa situação de querer chegar a uma carreira de topo e ser super mulher, é uma coisa que está um bocadinho esbatida, foi nos anos 80, 90 - pelo menos é a minha sensação, não tenho nenhum indicador objectivo. De repente as mulheres encontraram-se numa situação que já não têm que demonstrar o que é que interessa ser ou não presidente, o que é que isso traz de bom para o mundo. Se eu posso ser directora e ter um filho antes quero do que não ter nenhum. Acho que as mulheres hoje estão mais interessadas em conseguir conciliar várias coisas e ter qualidade de vida. Hoje o que lhes importa é ter qualidade de vida e sentirem-se bem naquilo que estão a fazer. Parece-me que é mais este movimento que se observa. Elas já conquistaram muita coisa. As mulheres estão mais interessadas em fazer passar ideias, claro que se tem que estar enquadrado numa determinada função, mas, a nível geral, as mulheres sentem-se mais desobrigadas de fazer aquilo que parece ter que ser obrigatório, que é ter que fazer uma carreira a todo o custo. Não é obrigatório. Pode contribuir-se com qualquer coisa de muito importante sem ter que fazer uma carreira a

todo o custo. É claro que me pode dizer que em determinada função com poder é mais fácil passar ideias, mas eu penso que hoje as empresas são mais abertas à circulação de ideias.

Directora editorial de uma grande editora

Considero que o sector editorial é um sector onde as mulheres têm influência, onde podem chegar a lugares interessantes, uma das razões claras é porque se dispõem a ganhar menos do que os homens, as mulheres encaram este tipo de profissão de uma maneira diferente da dos homens. Na minha vida, houve alturas em que, mesmo que não me pagassem nada, se eu pudesse viver sem me pagarem nada, eu continuava a fazer exactamente a mesma coisa porque me divertia muito a fazê-lo. Houve alturas em que aquilo que eu recebia era uma espécie de bónus por me divertir. Hoje em dia as coisas são diferentes, o mercado está muito mais competitivo.

Proprietária e directora editorial de uma pequena editora

Já senti que houve situações em que poderia ser eu a pessoa indicada para determinado cargo, mas não fui eu a pessoa escolhida por questões de perfil. Sou uma pessoa reservada e penso que isso é importante noutras situações.

Não tenho grande ambição em exercer um cargo de direcção, mas se eu olhar para a minha vida, de facto, se ascender, só para um cargo de direcção, mas se me perguntar se tenho essa ambição, não tenho. A posição onde estou é-me bastante confortável, tenho um ambiente de trabalho muito bom, tenho regalias como se praticamente fosse directora de departamento, em termos de contrapartidas de ordenado, carro da empresa, essas coisas todas associadas a postos de direcção, eu tenho-as (...) Em termos de realização, não sei, o objectivo da minha vida não é mandar, tenho mais uma componente humana, sou mais de resolver conflitos sem levantar muitas ondas.

Assessora da administração de uma grande editora

Estes discursos, embora legítimos, podem também corresponder à naturalização de posições de subalternidade face à interiorização das dificuldades em alcançar os lugares de direcção que, tradicionalmente, são ocupados por homens. Mas podem ainda representar um modo feminino de estar no mercado de trabalho, modo ainda relativamente imune a um modelo ferozmente competitivo e orientado para uma escalada profissional a qualquer preço.

Não obstante o predomínio de perspectivas do tipo acima descrito, é também importante salientar ópticas diferenciadas sobre o modo de encarar a progressão na carreira. O depoimento de uma directora de produção de uma das empresas estudadas é disso significativo.

Neste momento gosto muito do que faço. Gosto muito de mandar, de organizar, liderar, sou uma líder nata, assumo isso, digo isso abertamente. Não me via num papel onde não mandasse nada. [Em termos de futuro] tudo é possível, gosto muito de estar aqui, mas não sei, o futuro dirá... neste momento não estou à procura de nada. No meu caso, penso que, internamente, não poderei subir mais, só se fosse para administradora e isso são os donos, internamente penso que a ascensão na carreira terminou.

Directora de produção de uma grande editora

Em suma, apesar dos bloqueios ou barreiras evidenciados, face à tendência para um aumento efectivo do número de mulheres no sector editorial, algumas das entrevistadas consideram que este crescimento pode permitir que os lugares de decisão venham a ser, progressivamente, ocupados por aquelas.

As competências adquiridas pelas mulheres e a forte pressão que estas parecem exercer no sector, nomeadamente através de candidaturas para os departamentos editoriais, serão factores que, a curto prazo, poderão inverter o cenário descrito, passando as mulheres não só a exercer cargos de chefias intermédias mas a ocupar posições nas direcções das empresas editoriais. Este mesmo é o cenário delineado pelo responsável (masculino) de uma editora.

A dada altura as faculdades de letras tinha uma frequência predominantemente feminina, mas isso numa primeira fase serviu para as editoras se irem organizando com boas assistentes editoriais. A tomada de poder por elas, ainda não está realizada, mas é para aí que tende, vai haver uma inversão que ainda não está constituída. Já começa a haver um caso ou outro. A tomada de poder tem a ver com a crescente autonomização da mulher na decisão, ainda não estamos aí mas é para aí que caminhamos.

Proprietário e administrador de uma grande editora

CONCLUSÃO

O conjunto de informação reunido permite concluir que o sector editorial é um campo de actividade com forte representação feminina. É, tendencialmente, um sector mais permeável à entrada de mulheres para os departamentos editoriais face à aquisição de competências específicas a nível do ensino superior que estas, mais do que os homens, parecem vir adquirindo.

Este fenómeno não está certamente dissociado das transformações sociais da sociedade portuguesa sobretudo as que implicam o alongamento e alargamento da escolaridade, assim como a entrada massiva de mulheres no mercado de trabalho ao longo das últimas quatro décadas. Refira-se que, de acordo com o recenseamento geral da população portuguesa, a taxa de actividade feminina era de 13% em 1960 e 46% em 2001²⁰. Veja-se também que, no que respeita à aquisição de credenciais escolares académicas, as mulheres matriculadas no ensino superior representavam somente 30% do universo estudantil em 1960, ultrapassando metade do total em 2001 (57%)²¹.

A maior presença de mulheres no sector editorial, embora beneficie, de um modo geral, dos factores estruturais mencionados, está porventura relacionado com o facto destas se encontrarem em maior número em cursos de línguas ou literatura, sendo este um dos requisitos apreciados para o ingresso no sector. Não deixa de ser interessante notar que o grau académico apareça no conjunto de critérios mínimos de acesso ao meio editorial. A especialização em literatura e/ou línguas, os conhecimentos e experiências relacionados com a área, ou tão simplesmente o gosto pelos livros e pela leitura, são capitais mais valorizados e diferenciadores das candidaturas para o ingresso no sector. Embora indirectamente relacionado, não é despreciando o facto dos inquéritos aos consumos de livros e hábitos de leitura evidenciarem, regra geral, uma maior percentagem de mulheres que lêem com regularidade, o que denota também um maior interesse por este domínio. Além disso, o facto de apresentarem mais elevado número de candidaturas espontâneas para acederem ao meio editorial, tal como se verificou através de alguns depoimentos de profissionais desta área, exerce uma maior ‘pressão social’ sobre o sector. Pressão que este, em certa medida, acolhe, dada, como se viu, a mais elevada presença de mulheres na actividade editorial. Este conjunto de factores concorre, globalmente, para a representação do sector como domínio crescentemente feminizado.

Não obstante a progressiva feminização do sector, as mulheres encontram-se menos representadas em lugares de decisão, tanto em cargos de administração de grandes empresas, como na propriedade de casas editoriais. Este facto pode, de certa forma, estar relacionado, como se viu, com as qualificações na área da administração de empresas terem sido, num passado recente, mais frequentemente pertencentes a homens, ocupando estes, ainda actualmente, as funções de direcção de grandes/médias empresas editoriais. Além disso, havendo ainda em Portugal um conjunto assinalável de casas editoriais pertencentes a famílias, os cargos de direcção são frequentemente atribuídos a pessoas com as quais se estabelecem relações de parentesco. Situações deste tipo, podendo ou não beneficiar as mulheres,

²⁰ INE, Recenseamentos Gerais da População.

²¹ INE, Recenseamentos Gerais da População e Estatísticas da Educação.

limitam a hipótese dos cargos de direcção serem alcançados por estrito mérito profissional. Mas a menor presença de mulheres em cargos de direcção no sector editorial não pode deixar de ser vista à luz dos contornos que definem a estrutura do emprego em Portugal. À semelhança de outros países, embora o grupo dos 'Especialistas das profissões intelectuais e científicas (Grupo 2 da CNP) apresente uma taxa de feminização de 59%, o Grupo 1 ('Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas'), fica pelos 29%²². O progressivo aumento do número de mulheres com qualificações superiores será, em parte, responsável, pela maior presença de mulheres no grupo das profissões intelectuais e científicas. Do mesmo modo, a maior assunção de cargos de chefia intermédia por parte de mulheres no sector editorial, é também um reflexo do verificado globalmente para o actual desenho da estrutura do emprego em Portugal.

A crescente presença de mulheres no sector editorial é certamente um indicador de que se trata de um domínio de actividade que abre (provavelmente mais do que outros sectores) a hipótese às mulheres de aí fazerem um percurso profissional, embora, como se viu, este apresenta diferentes contornos.

Foram identificados três tipos de trajectórias profissionais no sector susceptíveis de serem protagonizadas por mulheres. O mais representado (segundo tipo de trajectória identificado) refere-se ao que é desenvolvido no interior de empresas de pequena dimensão, a que não será alheio o facto do tecido de empresas editoriais portuguesas ser maioritariamente composto por estruturas desta dimensão. Nestas editoras as orgânicas profissionais são menos complexas do que as verificadas para as médias/grandes empresas, permitindo às mulheres alcançar posições de relativo relevo (editoras, directoras editoriais, directoras literárias) num curto período de tempo. Neste sentido poderá dizer-se que, de certa forma, as empresas de menor dimensão favorecem mais oportunidades para as mulheres. De qualquer forma, refira-se que uma trajectória deste tipo, embora permita às mulheres alcançar lugares de destaque – sobretudo associados a funções de maior responsabilidade e autonomia –, estes não conferem o mesmo estatuto/poder do que aqueles que são alcançados em estruturas mais hierarquizadas (por norma correspondentes a empresas de grande dimensão) e que, de modo geral, implicam mais tempo a atingir (este último identificado como o primeiro tipo de trajectória descrito no relatório).

O terceiro tipo de trajectória, que se pauta sobretudo por percursos mais variados e menos lineares, caso das mulheres que já exerceram funções em várias empresas do sector ou noutros contextos relacionados com a edição, poderá favorecer mais a assunção de lugares de decisão por parte de mulheres, ou mesmo a criação de estruturas editoriais de pequena dimensão. A experiência e conhecimento adquiridos em diferentes meios editoriais, sobretudo em editoras com algum peso no mercado e/ou cujo trabalho é reconhecido no meio, capitalizam a experiência profissional e podem eventualmente facilitar a ocupação de cargos de direcção noutras empresas, ou de incentivar a criação de pequenas estruturas. Este conhecimento e experiência pode, inclusive, favorecer a criação de editoras que explorem nichos de mercado ainda pouco ou nada explorados, tal como foi ilustrado com

²² INE, Estatísticas do Emprego (média anual 2002)

um dos casos apresentados. O conjunto de informação reunida permite dizer, no que respeita à definição de perfis sociais, que os percursos menos lineares são sobretudo protagonizados por mulheres mais velhas e com vários anos de experiência editorial.

Um último ponto analisado refere-se às representações de eventuais barreiras à progressão feminina na carreira editorial. Do ponto de vista das mulheres, alguns factores são reconhecidos como obstáculos à progressão profissional feminina no campo editorial. Uns estão mais ligados a dinâmicas estruturais que caracterizam o sector – tal como a predominância masculina em cursos de gestão e administração de empresas até determinada altura – outros mais relacionados com modos particulares de encarar a profissão. Nestes, o alcance de posições de topo é secundarizado em benefício do desenvolvimento de projectos motivadores. Esta última perspectiva, podendo conter implicitamente a naturalização de uma posição de subalternidade face às dificuldades em alcançar lugares de direcção – lugares tradicionalmente ocupados por homens – podem ainda representar um modo feminino de estar no mercado de trabalho, modo ainda relativamente imune a um modelo ferozmente competitivo e orientado para uma escalada profissional a qualquer preço.

Ainda relativamente aos obstáculos à eventual progressão de mulheres no meio editorial, refira-se as que advêm das dificuldades em conciliar o trabalho e a vida familiar. Algumas das mulheres entrevistadas que exercem lugares de direcção referiram dificuldades em compatibilizar a sua actividade profissional com uma vida familiar com filhos.

Estas dificuldades estão provavelmente associadas a mudanças estruturais na recomposição social do mercado de trabalho português com a entrada massiva de mulheres. Embora as temáticas relativas à igualdade de oportunidades entre mulheres e homens estejam na agenda política portuguesa, é um assunto relativamente recente.

Em síntese, embora as mulheres estejam subrepresentadas em funções de direcção no meio editorial – sendo esta porventura também uma herança de um mercado de trabalho predominantemente masculinizado – não se identificam obstáculos estruturais que possam impedir que tendencialmente este sector seja dirigido de forma igualitária tanto por mulheres como por homens.

BIBLIOGRAFIA

- GUEDES, Fernando (2001), *O livro como tema – história, cultura, indústria*, Lisboa, Verbo.
- MARTINS, Jorge M. (2004), *Sociologia do livro – O Campo da Mediação na Era Digital*, tese de doutoramento em Sociologia, Lisboa, ISCTE.
- SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (coord.) e outros (1998), *As Políticas Culturais em Portugal*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.
- SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (coord.) e GOMES, Rui Telmo (1999), *Dinâmicas da Aplicação da Lei do Preço Fixo do Livro*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.
- SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (coord.) e outros (2001), *Diagnóstico e avaliação da produção de informação sobre o sector do livro no Centro de Documentação Bibliográfica (CDB – APEL)*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais, policopiado.

ANEXO

Fichas de empresas (de editoras estudos de caso e de editoras de mulheres entrevistadas)

Editora Dom Quixote

A editora foi fundada em 1965 por uma mulher de nacionalidade dinamarquesa (Snu Abecassis). A Dom Quixote começou por ter intervenções quer na área literária, quer na não-ficção, particularmente na ensaística, divulgando alguns textos no domínio das ciências sociais e também na ciência política. Após a morte de Snu Abecassis (em 1980) a empresa foi vendida a um editor (Nelson de Matos) que durante 15 anos foi dono da Dom Quixote. Em 1997 a editora ficou dependente de uma outra empresa (Anaia). Dois anos depois (1999) a Anaia foi comprada pela Hachette, de onde surgiu o actual accionista da Dom Quixote – grupo Planeta. A Dom Quixote privilegia uma relação próxima e estreita com os autores, aliás, ao longo das últimas duas décadas tem sido a editora que reúne um maior número de títulos dos mais prestigiados escritores portugueses.

Editorial Notícias

A Editorial Notícias nasceu com o jornal Diário de Notícias no final do século XIX, designando-se Editorial Diário de Notícias. Como editora autónoma e com visibilidade no mercado a Editorial Notícias tem cerca de trinta anos de actividade. Pertenceu ao grupo Lusomundo e mais recentemente foi comprada por um outro grupo económico de origem nacional (JRP).

No conjunto das suas linhas editoriais privilegia temáticas ligadas à política, sociedade, história e religião, desenvolvendo colecções específicas nestes domínios.

Editorial Presença

A Presença foi fundada em 1960 por Francisco Espadinha, actual proprietário da editora. Começou por ser uma editora de pequena dimensão, tendo hoje à volta de 60 trabalhadores. O trabalho que tem vindo a desenvolver com parceiros internacionais inclui obras que vão desde o romance, à literatura policial e ao thriller. Na área da não-ficção destaca-se o ensaio, as obras de orientação pedagógica e de apoio escolar, os dicionários e os guias práticos.

Texto Editora

A Texto Editora foi fundada em 1977, concentrando a sua actividade na área dos livros didácticos. Actualmente pertence a um grupo económico nacional (Texto Editores) que engloba várias empresas com actividade nos domínios da distribuição, área financeira e comercial, publicidade, entre outros. A linha de publicações não escolares surgiu em 1986, e em 1995 iniciou a publicação de produtos multimédia em português e o desenvolvimento do projecto de *e-commerce* – Mediabooks.pt. Em 1996 dá início ao processo de internacionalização com a criação da Moçambique Editora. Actualmente, detém também mais de metade do capital das sociedades com origem na criação da Cabo Verde Editora e Luanda Editora. O ano de 2001 marca início de uma nova linha editorial vocacionada para a edição de literatura de autores portugueses.

Círculo de Leitores

Fundado em 1970 e sendo propriedade do grupo Bertelsman, o Círculo de Leitores foi o primeiro Clube do Livro em Portugal a associar reedições, co-edições e edições exclusivas. As suas linhas de publicação dividem-se entre o ensaio, a história, o romance, a ciência, a ficção e a poesia. Em 1995 é criada a Fundação Círculo de Leitores que, para além do apoio à edição e da organização de iniciativas como a Olimpíadas da Leitura e o Torneio das Letras, publica uma revista de literatura de difusão nacional – Revista Ler – Livros e Leitores, atribuindo esta dois prémios literários – o prémio José Saramago e o Prémio Ler/Millennium BCP.

Editora Ela por Ela

A Ela por Ela foi criada em 2001 perante a necessidade de formar em Portugal uma editora feminista. É uma micro-estrutura sem trabalhadores constituída apenas pela sua responsável. De acordo com esta, Portugal era o único país na Europa que ainda não tinha uma editora vocacionada para esta temática. Conta até agora com um total de 10 títulos publicados, tendo a preocupação de publicar, ultimamente, títulos de autoras portuguesas.